Trabalho apresentado no 21º CBCENF

Título: TRATAMENTO DIRETAMENTE OBSERVADO DA TUBERCULOSE ENTRE A POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE DO NORTE DO BRASIL

Relatoria: MELISANE REGINA LIMA FERREIRA

Autores:
Rafaele Oliveira Bonfim
Tatiane Cabral Siqueira
Nilda de Oliveira Barros
Nathalia Halax Orfão

Modalidade: Pôster

Área: Políticas Públicas, Educação e Gestão

Tipo: Pesquisa

Resumo:

O Tratamento Diretamente Observado (TDO) é reconhecido como um elemento chave para o fortalecimento da adesão da População Privada de Liberdade (PPL) ao tratamento, prevenção da Tuberculose Drogarresistente (TB-DR) e a redução dos desfechos desfavoráveis, tais como o abandono, aumentando a taxa de cura. Neste sentido, este estudo buscou analisar a realização do TDO entre a PPL no complexo penitenciário de Porto Velho – RO, no período de 2012 a 2016. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, do tipo transversal e abordagem quantitativa. Os dados foram coletados no Sistema de Notificação de Agravos Nacional (SINAN) por meio de um levantamento das variáveis clínicas (tipo de caso), sociodemográficas (doenças e agravos associados), e do tratamento (regime de tratamento do TDO e encerramento dos casos) da PPL portadora de TB notificada no complexo penitenciário do município. Posteriormente, foram analisadas por distribuição de frequência, após atendidos os preceitos éticos. Durante o período previamente selecionado, foram notificados 356 casos de TB entre a PPL no município, dos quais 256 (71,9%) foram no complexo penitenciário. Destes, somente 13 (5,1%) eram acompanhados pelo regime de tratamento do TDO, dos quais a maioria eram casos novos (6 casos - 46,2%) ou reingresso após abandono/recidiva (6 casos - 46,2%), possuíam como a saúde mental (4 casos - 30,8%) como doença associada, aids (2 casos - 15,4%) e diabetes (1 caso - 7,7%). Ressalta-se o elevado percentual de ignorado/em branco para as doenças e agravos associados, tais como alcoolismo, tabagismo e uso de drogas ilícitas. Quanto ao desfecho dos casos, identificou-se um elevado percentual para o abandono (30,8%) e baixo para a cura (61,5%). Diante de tais resultados, observa-se que na maioria dos casos, ocorre a priorização da segurança em detrimento da saúde, o que questiona o papel do Estado em garantir ações vinculadas a políticas públicas dentro dos complexos penitenciários, a exemplo do TDO, que desde que implantado de fato, é altamente eficaz na redução da morbimortalidade. Desta forma, identifica-se a necessidade da corresponsabilização entre a equipe de saúde e segurança para vigilância dos casos e supervisão da ingesta medicamentosa, afim de contribuir no prognóstico da doença, uma vez que necessitam de incentivos por possuírem doenças e agravos associados, e no desfecho favorável do tratamento, evitando casos de abandono.